

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**

LILIANE APARECIDA LEHMKUHL DE SOUZA WIELECOSSELES

PERCEPÇÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL DA COXILHA RICA – LAGES/SC

FLORIANÓPOLIS

2016

LILIANE APARECIDA LEHMKUHL DE SOUZA WIELECCOSSELES

PERCEPÇÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL DA COXILHA RICA – LAGES/SC

Monografia apresentada ao Curso de Especialização EaD Gênero e Diversidade na Escola, do CFH - Centro de Filosofia e História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para obtenção do título de Especialista.
Orientadora: Prof^ª Dra. Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa.

FLORIANÓPOLIS

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Wielecosseles, Liliâne Aparecida Lehmkuhl de Souza
Percepções de gênero no meio rural da Coxilha Rica -
Lages/SC / Liliâne Aparecida Lehmkuhl de Souza
Wielecosseles ; orientadora, Patrícia Rosalba Salvador
Moura Costa - Florianópolis, SC, 2016.
50 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Curso de Especialização EaD Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1.Gênero, Diversidade. 3. Mulheres. 4. Rural. 5.
Violência. I. Costa, Patrícia Rosalba Salvador Moura. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Especialização EaD
Gênero e Diversidade na Escola. III. Título.

LILIANE APARECIDA LEHMKUHL DE SOUZA WIELECCOSSELES

**PERCEPÇÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL DA COXILHA RICA –
LAGES/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Aprovado em 17 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:



Olga Regina Zigelli Garcia

Banca Examinadora:



Miriam Pillar Grossi



Ísis de Jesus Garcia



Isabella Azevedo Irlandini

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao meu marido Leandro Wielecosseles, companheiro nessa jornada e presente em minhas conquistas, agradeço também a minha mãe e a meu pai pela dedicação, apoio e empenho em minha criação, os quais sempre me acompanharam estando ao meu lado incentivando em todos os aspectos. Agradeço a todos que colaboraram de uma forma ou outra em meu trajeto, a todas as professoras e em especial a professora orientadora Patrícia Rosalba Salvador Moura Costa, pela sua dedicação e paciência inacabável.

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate à fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar a percepção das mulheres que vivem no município de Lages, Santa Catarina, sobre as diversas formas de violências de gênero que acontecem no meio rural. O alicerce teórico deste projeto se fundamenta nos estudos sobre violências de gênero no Brasil, os quais têm sido tematizados, principalmente, pelos movimentos feministas e pela academia, a partir da década de 1980. Muitas mulheres vivem situações de violência física, psicológica e sexuais, as quais deixam marcas profundas. Trata-se de um estudo que visa levantar dados sobre essa região do Brasil e averiguar como são construídas as diversas percepções sobre direitos e violências de gênero que atingem mulheres no meio rural. Participaram da pesquisa cinco mulheres que residem na comunidade de São Jorge, na localidade de Coxilha Rica, interior da cidade de Lages-SC. A pesquisa mostrou em seus resultados o que estas mulheres percebem por violência de gênero.

Palavras-chave: Gênero. Mulheres. Rural. Violência.

ABSTRACT

This research aims to analyze the perception of women living in the city of Lages, Santa Catarina, regarding the various forms of gender violence taken place in rural areas. The theoretical fundamentals of this project are based on the studies on gender violence in Brazil, which have been, mainly, the theme of the feminist and academic movements since the 1980s. Many women experience situations of physical, psychological and sexual violence which leave deep marks. This is a study which aims to collect data on this region of Brazil and to inquire how the various perceptions about gender and violence affect women in rural areas. Five women, who reside in the community of São Jorge, in the locality of Coxilha Rica, in the city of Lages – SC, took part in this study. This research has shown women's perception as gender violence.

KeyWords: Gender. Women. Rural. Violence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 OBJETIVOS	11
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3 HIPÓTESE DO ESTUDO	12
4 REVISÃO DE LITERATURA	14
4.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO	14
4.2 A MULHER NO CAMPO DAS LAGENS	16
5 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO	20
5.1 TIPO DE ESTUDO	20
5.2 CENÁRIO DO ESTUDO	21
5.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO (OU POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO) ..	21
5.4 COLETA DOS DADOS	22
5.5 ANÁLISE DOS DADOS (OU PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS)	23
5.6 CUIDADOS ÉTICOS (OU ASPECTOS ÉTICOS)	24
6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	26
6.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO	30
6.2 POLÍTICAS PÚBLICAS	35
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40

REFERÊNCIAS.....42

ANEXOS.....47

1 INTRODUÇÃO

Parto das seguintes questões: qual é o conhecimento que mulheres, residentes no meio rural do município de Lages/SC, possuem acerca de seus direitos, em se tratando de violências de gênero? Tais conhecimentos favorecem estas mulheres de alguma forma? Existem políticas públicas que protegem e ou amparam estas mulheres?

Um país de vasta extensão territorial, com diferentes contextos sociais, econômicos e culturais possibilita uma grande diversidade quando tratamos de sua população. De acordo com Cristina Wolff; Janine Silva; Joana Pedro (2015), as violências de gênero no Brasil têm sido tematizadas principalmente pelos movimentos feministas desde a década de 1980. Muitas mulheres vivem situações de violência física, psicológica e sexuais, as quais deixam marcas profundas. Na violência psicológica, por exemplo, o isolamento é uma das principais práticas, o homem busca enfraquecer a rede de apoio, afastando a mulher de seu convívio social, proibindo-a de manter relacionamentos com amigos e familiares, de estudar ou trabalhar.

A violência contra a mulher é um fator que põe em risco a saúde física e psicológica das envolvidas. Firma-se como um problema de saúde pública e violação de direitos humanos, necessitando ser problematizado para suscitar serviços que previnam sua ocorrência ou minimizem o seu agravo. Neste sentido, as políticas públicas configuram-se como ações ou respostas do Estado frente às demandas sociais específicas, como por exemplo, as relações desiguais de poder entre homens e mulheres, proporcionando uma possibilidade de equilibrá-las (CRISTINA BRUSCHINI, 2002).

O interesse pelo estudo se deu devido a minha família ter um histórico no meio rural. Sou filha de agricultores / pecuaristas, desde criança mantenho relações com o meio rural, vivências pessoais e grande interesse pelo tema, dado a deficiência de estudos relacionados ao mesmo.

Meus ancestrais tinham residência fixa na região onde se deu a pesquisa, apesar de não viverem mais lá, existem vínculos, sendo que alguns parentes ainda residem na localidade de Coxilha Rica, porém em outras comunidades.

A necessidade de entender as origens e formas da violência surge como um meio possível para a implementação de políticas públicas, que contribuam para suprimi-la ou extingui-la totalmente das relações nas sociedades, suscitando assim, o cumprimento do direito de viver uma vida sem violações.

Diante deste quadro, o presente estudo tem como principal objetivo fazer uma análise sobre as percepções que algumas mulheres moradoras da comunidade de São Jorge, da localidade de Coxilha Rica, região rural situada ao sul do município de Lages – SC têm sobre as violências de gênero presentes no meio rural. Trata-se de um estudo que visa levantar dados sobre essa região do Brasil e averiguar como são construídas as diversas percepções sobre direitos e violências de gênero que atingem mulheres no meio rural.

Num segundo momento, será realizada uma oficina participativa em uma escola municipal com o objetivo de proporcionar à comunidade escolar um debate sobre violências de gênero, direitos das mulheres e cidadania.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL:

Analisar a percepção das mulheres que vivem no município de Lages, Santa Catarina, sobre as diversas formas de violências de gênero que acontecem no meio rural.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Traçar um perfil das mulheres interlocutoras
- Identificar a percepção das mulheres quanto a fatores que podem influenciar a violência de gênero;
- Descrever concepções acerca de políticas públicas existentes relacionadas à violência de gênero;
- Investigar a existência de redes eficazes para atender essas mulheres em condição de violência;

3 HIPÓTESE DO ESTUDO

De acordo com estudos produzidos na região Nordeste por PATRICIA COSTA; AMANDA MARQUES e HANNAH OLIVEIRA (2016), muitas vezes, o processo de violências que acometem as mulheres moradoras da zona rural é invisibilizado. Isto ocorre associado a algumas questões, dentre elas, o silenciamento em torno desta temática enfatizada por intensa desigualdade de gênero, e a invisibilidade do trabalho feminino nas áreas rurais brasileiras.

Susana Velázquez (2006) refere-se à violência de gênero destacando: violência doméstica, violência contra a mulher, violência familiar ou intrafamiliar, violência conjugal, violência sexual (no interior da família e em diferentes âmbitos da comunidade), violência psicológica, patrimonial, entre outras.

Um dos fatores que gera esta realidade é a desigualdade de gênero. Em se tratando do meio rural, percebe-se, através da busca de recursos, financiamentos e auxílios, forte evidência de desigualdade relacionada à desinformação e à dificuldade de acessibilidade que é muito evidente.

Conforme dados apontados pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA - 2003, a situação de desigualdade social se expressa num número maior de mulheres entre as pessoas mais pobres do campo e numa participação expressiva nas ocupações não remuneradas do setor agropecuário. Apenas 7% dos/as beneficiários/as do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, no período de 1996 a 2000, eram mulheres. No mesmo período, as mulheres eram apenas 12,6% do público atendido pela Reforma Agrária. Além desse escasso acesso, há uma invisibilidade das mulheres como demandantes da Reforma Agrária, já que a proporção entre os gêneros na condição de assentados/as, titulados/as, acampados/as e candidatos/as inscritos não é equitativa (PATRICIA COSTA; AMANDA MARQUES e HANNAH OLIVEIRA apud BRASIL, 2003, p. 27).

Mesmo em se tratando dos benefícios e apoios proporcionados pelo governo brasileiro em relação aos programas de financiamento público para mulheres no campo, evidencia-se a desigualdade de gênero, recaindo sempre sobre a mulher. Um exemplo se dá no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado em 1995 e o PRONAF – Eco (Semeando Verde), iniciado em 2000, ambos previstos na política de desenvolvimento da agricultura familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. No PRONAF, no que diz respeito ao atendimento voltado para a ‘mulher camponesa’, o qual possui uma linha própria, a desigualdade se dá tanto no valor de crédito disponibilizado às mulheres, que é inferior ao

valor disponibilizado aos homens, quanto no número de exigências feitas nos critérios de adesão, que dificultam a inserção das mulheres. (TERESA LISBOA; MAILIZ LUSA, 2010).

No que diz respeito à equidade de gênero, aparentemente, ainda há o que se conquistar. Pois, mesmo em se tratando de subsídios e recursos no meio rural, a mulher fica em posição de desigualdade quando comparada ao homem. Patricia Costa; Amanda Marques e Hannah Oliveira (2016 apud SALES, 2007) comentam que, “por outro lado mesmo com pouca visibilidade, as mulheres estão participando do processo de ocupação de terras, presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras, produzindo e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho” (SALES, 2007).

“As lutas que alcançaram uma maior visibilidade política consideraram, no período, quatro eixos de reivindicação e ação: a) reconhecimento do trabalho na agricultura e nos sistemas agroextrativistas; b) lutas pelo direito à terra e pela reforma agrária; c) acesso aos benefícios da Previdência Social; d) participação das mulheres na estrutura sindical, seja como associadas a sindicatos, seja como diretoras de sindicatos e federações” PATRICIA COSTA; AMANDA MARQUES e HANNAH OLIVEIRA apud CORDEIRO; SCOTT, 2007, p. 423).

Deste modo, a ação de políticas públicas, programas e projetos, cujo objetivo seja reduzir a desigualdade de gênero, precisa de apoio e necessita de comprometimento que considere as necessidades e os interesses dos distintos grupos de mulheres, sejam elas jovens, idosas, camponesas, indígenas, trabalhadoras assalariadas ou familiares não remuneradas, etc. Faz-se necessário dar atenção à formulação e à execução de políticas, projetos e programas, que assegurem o acesso, o uso e o controle sobre os recursos produtivos (terra, créditos, capacitação, tecnologias etc.), que alterem as relações de poder, facilitando canais de participação social e política nos processos de adoção de decisões (TERESA LISBOA; MAILIZ LUSA, 2010).

Nota-se desta forma, que as medidas de redes de apoio ainda não são suficientes para que haja total garantia de defesa dos direitos das mulheres. A necessidade de entender as origens e formas da violência surge como um meio possível para a implementação de políticas públicas, que contribuam para suprimi-las, suscitando assim, o cumprimento do direito de viver uma vida sem violações.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

O uso da palavra gênero tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, igualdade e respeito.

Compreende-se por gênero:

[...] O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder (JOAN SCOTT, 1994, p. 11).

Para Joan Scott gênero é constituído por relações sociais que são baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e constituem-se no interior de relações de poder (CRISTINA WOLFF; JANINE SILVA; JOANA PEDRO, 2015; JOAN SCOTT, 1994).

Faz-se necessário pautar que as relações de gênero fazem parte do cotidiano de todas as pessoas, ocorrendo em todas as instâncias e níveis sociais. Desta forma, tal abordagem deve estar conectada a uma análise global da sociedade pensada em termos dinâmicos, visto que ela paira sob nuvens de subjetividades e contradições. Apesar do conceito referente a gênero ter se tornado bandeira como instrumento de análise das condições das mulheres, o mesmo não deve de forma alguma ser compreendido como sinônimo de “mulher”.

O pensamento de Simone Beauvoir (1980) analisa a situação da mulher na sociedade. Pode-se dizer que as palavras na maioria das línguas têm gênero, mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra gênero no lugar de sexo. Buscavam, desta forma, reforçar a ideia de que as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres eram definidas pelo gênero e, portanto ligadas à cultura.

Nota-se que a definição de certas atividades como somente das meninas ou dos meninos, é uma construção social e pode ser desconstruída. É preciso romper as barreiras que estabelecem a desigualdade na divisão de tarefas, de modo a promover a construção de um novo homem e uma nova mulher. Talvez este seja um dos caminhos para uma nova mudança que busca expressar uma relação mais igualitária.

A violência se expressa de diversas formas, em momentos históricos, geográficos e em situações diferenciadas. Suas causas podem envolver conflitos relacionados a aspectos

sociais, econômicos, políticos, morais, culturais, etc., sendo incorreto limitar a sua existência a um simples acontecimento, apesar de sua banalização/naturalização pela sociedade, que frequentemente a percebe como uma forma de se viver, construída pelo imaginário social, decorrente da intranquilidade vivida atualmente (LEAL; PIEDADE JUNIOR, 2001; HAYECK, 2009).

Este quadro está de acordo com Waiselfisz (2015). No seu texto, o mapa da violência: Homicídio de mulheres no Brasil, ele comenta que:

Pelos registros do SIM, entre 1980 e 2013, num ritmo crescente ao longo do tempo, tanto em número quanto em taxas, morreu um total de 106.093 mulheres, vítimas de homicídio. Efetivamente, o número de vítimas passou de 1.353 mulheres em 1980, para 4.762 em 2013, um aumento de 252%. A taxa, que em 1980 era de 2,3 vítimas por 100 mil, passa para 4,8 em 2013, um aumento de 111,1%. Já no período 2006/2013, com a vigência da Lei, o crescimento do número desses homicídios cai para 2,6% ao ano e o crescimento das taxas cai para 1,7% ao ano (WAISELFISZ, MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015, p. 11).

Desta forma, a violência contra mulher é vivenciada de geração em geração, através do modelo patriarcal que as aliena e oprime. A violência sempre foi a principal forma de dominação masculina. O homem, de uma forma geral, não tinha em vista a eliminação da mulher, mas sim mantê-la sob controle no ambiente doméstico.

Muitas mulheres vivem situações de violência física, psicológica e sexual, que deixam marcas profundas. Na violência psicológica, por exemplo, o isolamento é uma das principais práticas, o homem busca enfraquecer a rede de apoio, afastando a mulher de seu convívio social, proibindo-a de manter relacionamentos com amigos e familiares, de estudar ou trabalhar. Ao ter o seu contato restringido, dependerá ainda mais de seu companheiro, tornando-se mais submissa a ele.

De um modo geral parte da sociedade descreve violência de gênero como algo natural, onde em muitos casos a mulher é culpada pelo mal que sofre. Somente quando, os fatos referentes à desigualdade se destacam nos jornais, é que parte desta sociedade se choca e desperta.

Ao se tratar da violência doméstica, sabe-se que estas estão atravessadas pelas “questões de gênero”, e ao compreendermos este como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.

No campo das políticas públicas, foi instituída no Brasil em 2003 a Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (SPM). Na esfera nacional surgem possibilidades e, por

fim, a criação nas esferas estaduais e municipais dos Conselhos de Direitos das Mulheres e das Coordenadorias Especiais de Mulheres, instituições responsáveis pela elaboração e articulação das políticas voltadas para as mulheres. São políticas que buscam garantir e fiscalizar programas, realizar projetos que modifiquem as condições de vida das mulheres, oferecendo oportunidades de empoderamento e contribuindo para a equidade de gênero (TERESA LISBOA, 2014).

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres de 2004 refere-se ao enfrentamento da violência cometida contra as mulheres, ressaltando que:

Cabe ao Estado adotar uma política sistemática e continuada em diferentes áreas. A intervenção deve se caracterizar pela promoção e implementação de políticas públicas de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais, constituindo uma rede de ações e serviços. As redes devem articular assistência jurídica, social, serviços de saúde, segurança, educação e trabalho. Os serviços e organizações que compõem as redes incluem: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, delegacias comuns, Centro de Referência, Defensorias Públicas da Mulher, Defensorias Públicas, Instituto Médico Legal, Serviços de Saúde, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Casas Abrigos (BRASIL, PNPM, 2004, p. 2).

Nesse ínterim, podemos ressaltar que a criação da Lei Maria da Penha foi um avanço para o enfrentamento da violência de gênero, pois a mesma cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica contra a mulher.

4.2 A MULHER NO CAMPO DAS LAGENS

Historicamente Lages é uma cidade com alicerces no transporte e na criação de gado além de ciclos da madeira, atividades que requerem sua vasta extensão territorial. É a maior cidade do estado de Santa Catarina em extensão, cuja formação é composta por campos, montanhas, vales e rios. De acordo com IBGE (2016), sua população estimada no ano de 2016 é de aproximadamente em 158,620 habitantes, com uma área territorial 2015 (Km²) de 2.631,504 e com densidade demográfica de aproximadamente 59,56 (hab/km²) no ano de 2010. Fica localizada a 210 km da cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina.

Uma cidade que comemorou no dia 22 de novembro do decorrente ano 250 anos de sua fundação, a qual a princípio era utilizada como estalagem para rota comercial entre as

cidades de Viamão/RS a Sorocaba/SP, a vila nasceria em 1766, fundada pelo bandeirante paulista Antônio Correia Pinto de Macedo.

O nome da cidade foi devido à abundância de pedra laje na região e assim foi batizada como Nossa Senhora dos Prazeres dos Campos das Lajens, a qual mais tarde se tornaria Lages (IBGE, 2016).

Com sua economia basicamente sustentada pela pecuária, agricultura e indústria madeireira, onde se destaca a produção de papel e de celulose, além de ser pioneira no turismo rural. A economia da cidade teve forte declínio devido à redução sistemática do ciclo da madeira o qual teve seu auge no início do século XX. Município que outrora foi o maior e mais rico do Estado teve sua fatia do PIB estadual bastante reduzida, levando aos que residiam em meio rural à busca por outras formas de sustento (IBGE, 2016). Abaixo segue o mapa de localização da cidade:



Fonte: Polêse, 2014.

Depois, no início do século XX, a cidade viveria mais um próspero ciclo econômico, o da madeira, alargando ainda mais a fama de cidade rica, para onde mulheres iam ou eram levadas para o desfrute dos poderosos (ELIANE TAVARES, 2013, p. 43). Vemos aqui uma

desigualdade enraizada historicamente na construção e no desenvolvimento da cidade de Lages, cuja participação das mulheres se dá de forma valiosa, porém vista com preconceito.

Apesar dos prostíbulos não serem a única realidade do meio rural nos primórdios da cidade de Lages e, nem este o único contexto sobre os quais a mesma foi gerada, relata-se aqui este dado, no qual a inacessibilidade e a realidade da região de vastos campos fizeram com que historicamente a cultura machista viesse a se destacar (ELIANE TAVARES, 2013).

Em se tratando do molde no qual se apresentava o homem lageano, ou melhor do serrano, de acordo com Costa (1982), forjado sobre uma vida rural difícil, dura, rude, isolada, que teria fatalmente de influir no seu temperamento social. O lageano clássico, serrano sedimentado ao longo do tempo, apresentou resíduos de sua formação agreste.

Como relato de uma situação de dominância e opressão, Costa (1982), relata uma passagem:

Onde uma mulher bonita, moça, simpática, alegre, tirou uma fotografia, no famoso “retratista”. O fotógrafo apanhou-a quando esboçava um sorriso, por certo belíssimo. Quando o fotógrafo mandou entregar a encomenda, o marido sumariamente a confiscou porque “era uma vergonha que uma mulher séria tirasse retrato sorrindo” (COSTA, 1982, p. 535).

A ideia, de que a mulher não faz parte do processo de trabalho da agricultura familiar, está muitas vezes, processada nas mentes não apenas dos homens, mas das próprias mulheres (LÍGIA MELO, 2002).

De acordo com Patricia Costa, Amanda Marques e Hannah Oliveira (2016 apud CAROLINE BORDALO, 2006) a década de 1980 é o marco histórico de formação de muitos movimentos sociais, nacional e internacionalmente. Segundo elas e Sales (2007), a emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu aparecimento como sujeito político, procurando romper a invisibilidade também como trabalhadora. Nesse aprendizado e experimentação, as mulheres rurais criaram seu próprio movimento, consolidado na década de 1980. (COSTA; MARQUES; OLIVEIRA, 2016 apud SCHWADE; PAIVA, 2014).

A desvalorização e o desdém com essas mulheres como produtoras agrícola presentes não somente na exploração da sua capacidade produtiva, mas também na sua integração nos programas de desenvolvimento rural, cujo o público são os produtores da agricultura familiar. Pode-se visualizar claramente e de forma prática a divisão sexual do trabalho através desses programas, os quais não incluem a produtora agrícola familiar no rol dos beneficiados. Os planejadores, ao elaborarem os programas, se não impedem explicitamente a participação das

mulheres, também não pensam em incluir o feminino, como fazem com os homens (LÍGIA MELO, 2002).

O trabalho da mulher na agricultura familiar é gratuito e considerado “ajuda”, revelando que a atividade desenvolvida nessa forma de produção pertence ao homem, é de sua responsabilidade, e obrigação. O trabalho da mulher, não sendo reconhecido, ao contrário do desempenhado pelo homem, sugere que ele não gera valor econômico e social. Usando a definição mais ampla de trabalho, ele não transforma a natureza através do dispêndio da capacidade física e mental. Tudo isso reafirma a tradicional divisão sexual do trabalho (LÍGIA MELO, 2002).

Conforme apontam Patricia Costa; Amanda Marques; Hannah Oliveira (2016), a inacessibilidade ou a dificuldade de acesso à educação escolar que afeta as mulheres camponesas, apresenta-se como um problema e uma reivindicação importante para o empoderamento feminino. As autoras destacam também que a produção de conhecimento científico se consubstanciou de grande importância para dar visibilidade às mulheres do campo e problematizar as relações de poder e desigualdade. Associada a isso, a ação coletiva das mulheres agricultoras foi, sem dúvida, uma das grandes novidades que surgiu no cenário político dos anos 1980 e se fortaleceu nas décadas seguintes no Brasil.

5 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

5.1 TIPO DE ESTUDO

O método escolhido para a realização deste estudo foi à pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, que foi realizada com mulheres que residem na comunidade de São Jorge, localidades de Coxilha Rica no interior do município de Lages, Santa Catarina, sobre as diversas formas de violências de gênero que acontecem no meio rural.

Para ter acesso ao público pesquisado, primeiramente foi realizado contato com um condutor de gado e músico da região, o qual tem acesso aos moradores das comunidades. Em um segundo momento deslocou-se até a localidade da Coxilha Rica e a partir de visitas domiciliares foi coletado dados de forma individual, restrita e sigilosa. Foram entrevistadas 5 mulheres com idade superior a 18 anos, casadas ou não, mas que de alguma forma estabelecessem vínculos com outras pessoas. Acredita-se que cinco mulheres é uma amostra significativa, sendo que existem poucos habitantes na localidade e a distância entre as residências é grande. Assim de acordo com Pôlese (2014), a população da Coxilha Rica é de cerca de 362 pessoas, bem distribuídas, condizendo a uma densidade demográfica de 0,32 habitantes por quilômetro quadrado, caracterizado como de baixa intensidade.

Segundo Triviños (1995), a pesquisa qualitativa parte de uma perspectiva diferente da adotada pelos métodos quantitativos. Ela costuma ser direcionada ao longo do seu desenvolvimento, tem caráter descritivo, não busca enumerar ou medir eventos, não empregando instrumental estatístico para análise de dados.

Alguns autores, como Triviños (1987) entendem a pesquisa qualitativa como uma “expressão genérica”. Isto significa, por um lado, que ela compreende atividades de investigação que podem ser denominadas específicas. E, por outro, que todas elas podem ser caracterizadas por traços comuns. Esta é uma ideia fundamental que pode ajudar a ter uma visão mais clara do que pode chegar a realizar um pesquisador que tem por objetivo atingir uma interpretação da realidade do ângulo qualitativo. Para o referido autor, os estudos exploratórios:

Permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maior conhecimentos para, em seguida, planejar uma pesquisa descritiva ou do tipo experimental (Triviños, 1987, p. 109).

Pensa-se que a realização de um estudo exploratório, por ser aparentemente simples, elimina o cuidadoso tratamento científico que todo investigador tem presente nos trabalhos de pesquisa. Entretanto, entende-se que ele possibilita apreensão do fenômeno de forma abrangente, o que permite o delineamento posterior de questões de pesquisa a serem estudadas de forma mais específica, o que é uma parte importante da produção de conhecimento científico.

5.2 CENÁRIO DO ESTUDO

A pesquisa foi realizada na residência de cada entrevistada, local decidido de acordo com o interesse de cada uma das mulheres. As mesmas optaram por realizar a entrevista em suas casas que ficam no interior da região serrana do estado de Santa Catarina, logo foi com mulheres que vivem no meio rural.

5.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO (OU POPULAÇÃO E AMOSTRA DO ESTUDO)

Em um primeiro momento, a fim de informar o interesse em realizar a referente pesquisa, foi realizado contato com as moradoras da comunidade onde foi realizada a coleta de dados.

Após a análise de caso e verificação da possibilidade de se realizar a pesquisa no local, a pesquisadora entrou em contato para agendar os dias de coleta dos dados.

Segundo Richardson (1999, p. 157), a população pesquisada, ou amostra, “é o conjunto de elementos que possuem determinadas características, fala-se de população ao se referir a todos os habitantes de determinado lugar”.

Participaram da pesquisa 5 mulheres que residem na comunidade de São Jorge, localidades de Coxilha Rica no interior do município de Lages. A seleção das participantes foi por conveniência a partir de um contato com um condutor de gado e músico da região, o qual tem acesso aos moradores das comunidades. Como critério de seleção, foi solicitado idade superior a 18 anos.

As características das participantes serão apresentadas no quadro a seguir.

Identificação das mulheres entrevistadas.

Entrevistadas	Idade	Estado Civil	Cidade de Nascimento	Escolaridade	Filha de Agricultores	Programas Sociais
E1	38	Solteira	Lages	8ª série	Não	Bolsa Família
E2	39	Casada	Lages	2º grau	Sim	Bolsa Família
E3	24	Casada	Lages	2º grau incompleto	Sim	Bolsa Família
E4	57	Solteira	Coxilha Rica - Lages	4ª série	Sim	Bolsa Família
E5	18	Solteira	Lages	2º grau cursando	Sim	Bolsa Família

Fonte: Dados organizados pela autora, com base nas mulheres entrevistadas (2016).

5.4 COLETA DOS DADOS

A coleta de dados aconteceu por meio de entrevista semi-estruturada, que Triviños (1987, p. 146) entende como:

Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Para a coleta dos dados foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturada, que se caracteriza por ser um dos principais meios de coleta de dados e supõe uma conversação continuada, dirigida pelo pesquisador de acordo com seus objetivos. A entrevista permite obter diversos dados referentes a ideias, crenças, sentimentos ou comportamentos, partindo de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa (MARIA QUEIROZ, 1988; MARIA MINAYO, 2010).

As entrevistas foram registradas com um gravador, pois este “*permite que o entrevistador concentre-se na conversa e registre os gestos não-verbais do entrevistado*”, evitando que palavras ditas no momento da entrevista possam ser substituídas por suposições ou palavras do próprio entrevistador (MAY, 2004, p. 164), garantindo-se assim a fidelidade dos dados para adequada análise. Caso o participante não aceite a gravação, a entrevista será registrada a próprio punho.

5.5 ANÁLISE DOS DADOS (OU PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS)

A interpretação dos dados buscou uma maior compreensão das falas, de forma a responder aos questionamentos e objetivos da pesquisa, que neste caso, segundo Maria Minayo (2010), é melhor falar de análise de conteúdo, por se tratar de um método empírico, dependendo do tipo da fala a que se dedica e do tipo de interpretações a que se pretende como objetivo. Desta forma, não existe o pronto a vestir em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base que poderão ser seguidas e acrescentadas. Sendo assim, observou-se que existem diferentes modos de se conduzir a análise de dados.

Ou seja, análise de conteúdo diz respeito a técnicas de pesquisa que permitem tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos. Em comum, as definições ressaltam o processo de inferência (MARIA MINAYO, 2010).

A ordenação dos dados engloba tanto as entrevistas como o “conjunto do material de observação e dos documentos populares e institucionais” (MINAYO, 2010, p. 356). Essa etapa inclui: (a) transcrição de fitas-cassete; (b) releitura do material; (c) organização dos relatos em determinada ordem, o que já supõe um início de classificação; (d) organização dos dados de observação, também em determinada ordem, de acordo com a proposta analítica. Essa fase dá ao investigador um mapa horizontal de suas descobertas no campo. A pesquisa

aconteceu da seguinte forma: pré-análise que é a fase da organização, ou seja, que a tem por objetivo operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais retomam-se as hipóteses e os objetivos iniciais da pesquisa, reformulando-os frente ao material coletado, e na elaboração de indicadores que orientem a interpretação final. A exploração do material se refere em analisar o texto sistematicamente em função das categorias formadas anteriormente por último trata-se dos resultados avaliando os dados reais, destacando as informações alcançadas. Então a presente pesquisa se realizará conforme o que foi citado por Maria Minayo (2010).

Ainda para Cardoso de Oliveira (2000), o pesquisador precisa ser um bom ouvinte, desenvolver essa habilidade de ouvir o entrevistado bem como gostaria de ser ouvido pelo mesmo, estabelecendo assim uma relação de “iguais” desvinculando a possibilidade de interferência no discurso do entrevistado com elementos do discurso dele próprio.

5.6 CUIDADOS ÉTICOS (OU ASPECTOS ÉTICOS)

De acordo com a Resolução 466/12, em toda pesquisa envolvendo seres humanos, há riscos. Na presente pesquisa, os riscos foram mínimos, ou seja, apenas podendo gerar certo desconforto nas entrevistadas por exigir algum tempo para participarem dos encontros para entrevistas, quando da coleta de dados. Esse risco foi minimizado com o direito a entrevistada de interromper e as entrevistas e a pesquisa a qualquer tempo.

Os benefícios da pesquisa dizem respeito à possibilidade de refletir sobre a violência de gênero a partir das questões da entrevista. Além disso, o benefício torna-se superior aos riscos por fornecer dados importantes para as discussões acerca do tema.

A pesquisa não foi realizada em nenhuma instituição, de forma que de acordo com a coordenação do curso Especialização Gênero e Diversidade na Escola a pesquisa não teve a necessidade de aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Nesse sentido, foi necessário simplesmente informar às participantes sobre os objetivos do estudo, dos preceitos éticos, da possibilidade de sua desistência, caso necessário. Nos casos de aceitação voluntária na participação da pesquisa, foi realizada a leitura e solicitada assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, sendo respeitados todos seus preceitos éticos. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é um documento que contribui para a

formação de vínculos entre pesquisador e participante, além de representar um comprometimento ético de garantias ao partícipe (RAFAEL; ANNA MOURA, 2013).

6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

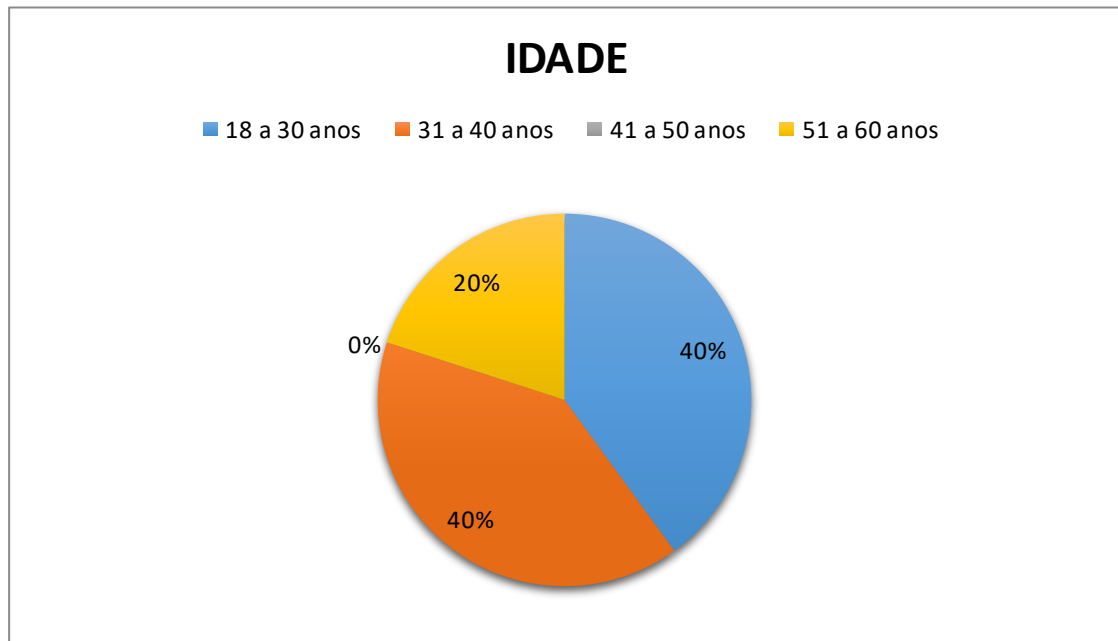
Tendo como base o propósito de responder o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa, buscou-se coletar dados, a partir de entrevistas, com mulheres que vivem no meio rural. Os locais de coleta de dados foram nas residências de cada entrevistada, ambas na localidade de Coxilha Rica, interior da cidade de Lages da região serrana do Estado de Santa Catarina. Em todas as residências houve a aceitação por parte dos familiares e das próprias entrevistadas, para a realização da pesquisa, que visa compreender as diversas formas de violências de gênero que acontecem no meio rural.

Participaram desta pesquisa, cinco mulheres, do meio rural da região serrana do Estado de Santa Catarina.

Com a finalidade de garantir o anonimato e a segurança das participantes da pesquisa foram respeitados os preceitos éticos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que trata sobre a pesquisa com seres humanos. A partir dessa premissa, e para preservar a identidade das participantes, as mesmas serão identificadas nesse estudo com as insígnias: “E1”, “E2”, “E3”, “E4” e “E5”. Seguindo a mesma ordem de pensamento, a pesquisadora será descrita nos diálogos apresentados com a insígnia “P1”.

Quanto à idade das mulheres entrevistadas, 40% apresentam entre 18 a 30 anos e ainda outras 40% tem idades de 31 a 40 anos e outras 20% possuem entre 51 a 60 anos. O gráfico a seguir demonstra a faixa etária das entrevistadas.

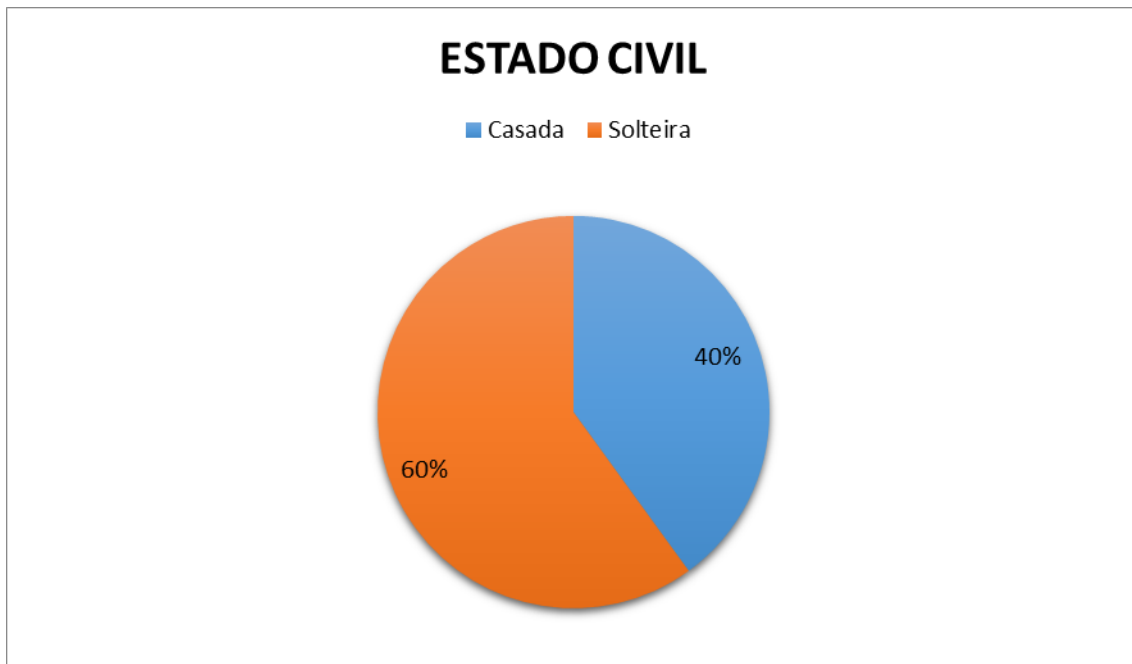
Gráfico 1. Faixa etária das colaboradoras entrevistadas.



Fonte: Gráfico elaborado pela pesquisadora.

Ao se tratar do estado civil, 60% das mulheres estão casadas. As restantes permanecem solteiras, sendo estas 40%. Cabe ressaltar que durante a coleta de dados a primeira entrevistada se diz socialmente casada, mas durante a entrevista relatou seu estado civil como solteira.

De acordo com Oliveira (2009), variações sociais que se constituíram na segunda metade do século XX e se reconstruíram logo no início do século XXI, redefinem os vínculos familiares. Nesta conjunção nos deparamos com a “nova família”, a qual se caracteriza por diversas formas de organização. As mais variadas configurações familiares podem ser apresentadas de diferentes maneiras, construindo e desconstruindo conceitos já existentes, redefinindo papéis dos diferentes integrantes dos grupos familiares. Organizações diversificadas redefinem funções e papéis assumidos pelos diferentes membros da família. O gráfico a seguir demonstra o estado civil das entrevistadas.

Gráfico 2. Estado civil das colaboradoras entrevistadas.

Fonte: Gráfico elaborado pela pesquisadora.

Das entrevistadas, 100% destas nasceram na cidade de Lages do estado de Santa Catarina. Sendo que a quinta entrevistada nasceu na localidade de Coxilha Rica, local este onde foram coletados os dados da pesquisa.

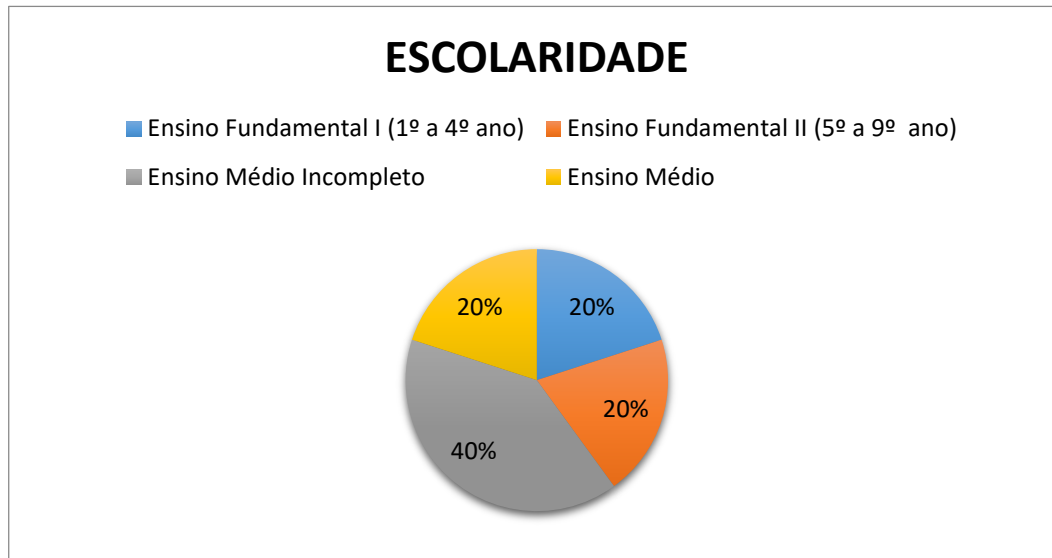
Em relação à escolaridade das mulheres entrevistadas, 20% completou somente o Ensino Fundamental I, outras 20% concluíram o Ensino Fundamental II, 40% destas não concluíram o Ensino Médio, e as outras 20% completaram o Ensino Médio. Nenhuma delas possui ensino superior.

Em se tratando de desigualdade de gênero, foi percebido durante as entrevistas que desde muito cedo a família das mulheres começou a naturalizar o papel de cuidadora em relação às interlocutoras, no período da infância ratificando o espaço doméstico como a arena principal de participação das mulheres. De acordo com Eliziane Lara (2015), é preciso compreender que o cuidado ainda nos dias de hoje é visto tipicamente em sua maioria como uma atividade feminina. Logo, diversas meninas antes de irem para a escola precisam realizar algumas tarefas domésticas como arrumar a casa, cuidar dos irmãos menores, isso é muito presente no ambiente rural e nas localidades periféricas das cidades brasileiras.

Esse papel de cuidadora que é atribuído às meninas pode gerar muitas consequências como faltar à aula para cuidar dos irmãos e da casa, tempo este o qual poderia ser dedicado aos estudos e/ou para construção das relações sociais, isso está claro na pouca escolaridade

encontrada entre as mulheres camponesas, conforme destaca (ELIZIANE LARA, 2015). O gráfico a seguir demonstra a escolaridade das entrevistadas.

Gráfico 3. Escolaridade das colaboradoras entrevistadas.



Fonte: Gráfico elaborado pela pesquisadora.

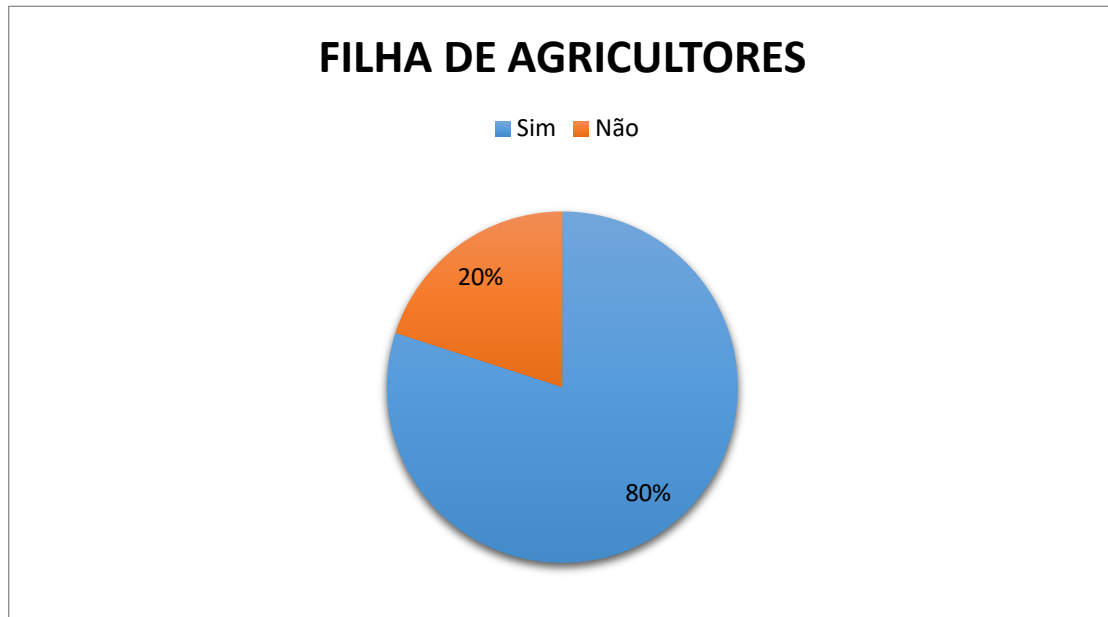
Os resultados demonstram que 80% das mulheres entrevistadas são filhas de agricultores/as e mantêm uma relação íntima com o ambiente rural.

Para Andrea Butto e Isolda Dantas (2011), foi registrada uma modificação na distribuição da população no Brasil. No período de 1993 a 2001, existia uma tendência à redução da população rural, já nos anos que se seguiram relatou-se um aumento na população rural, observando-se uma masculinização no meio rural.

A proporção da população feminina em área rural era de 48,29%, em 1993, e diminuiu para 47,98%, em 2001. Apesar disso, pequenas transformações vêm ocorrendo, já que no período recente (2006), registra-se uma manutenção do percentual de mulheres (47,84%) (ANDREA BUTTO E ISOLDA DANTAS, 2011, p. 12).

Embora a migração feminina tenha diminuído, as mulheres do meio rural ainda são marcadas pela desigualdade, tanto economicamente (emprego, ocupação e renda) quanto socialmente onde lhe são atribuídas tarefas voltadas para o autoconsumo familiar, tarefas essas desvalorizadas financeiramente (ANDREA BUTTO E ISOLDA DANTAS, 2011). O gráfico a seguir demonstra o percentual de filhas ou não de agricultores das entrevistadas.

Gráfico 4. Percentual de colaboradoras entrevistadas filhas ou não de agricultores.



Fonte: Gráfico elaborado pela pesquisadora.

Esse tópico mostrou o perfil das mulheres interlocutoras que contribuíram com a investigação em Lages. No próximo tópico apresenta-se dados que dizem respeito especificamente às percepções das mulheres quanto a fatores que podem influenciar a violência de gênero, as concepções acerca de políticas públicas existentes relacionadas à violência de gênero e a verificação em tornos da existência de redes eficazes para atender mulheres em condição de violência em Lages.

6.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Buscando identificar a significação dessas vivências a partir dos relatos das entrevistadas, este tópico pretende abordar dados apresentados em relação à compreensão do que se entende como violência contra mulher, bem como tipos de violência e meios de prevenção.

Em se tratando das entrevistas realizadas foi possível compreender uma visão superficial sobre o entendimento de violência de gênero. Em relação a pergunta: O que você entende por violência contra a mulher? E1 se negou a responder, E1: “*Essa eu não vou responder, desculpa, essa não*”. E4 demonstrou ter conhecimento mínimo a respeito do tema.

E4: *“Que não se deve né acontecer isso”*. As outras duas entrevistadas E2 e E5 relataram certa fragilidade da mulher frente ao homem, o qual se aproveita da situação de dominância, relatam ser um absurdo o que acontece com mulheres indefesas. Porém E3 foi quem demonstrou ter uma visão um pouco mais ampla respondendo: *“Violência é... Desde o respeito né, não respeita desde uma passada de mão numa perna, uma palavra, um gesto. Isso pra mim é a violência, violência”*.

De acordo com Miriam Grossi (1998), a violência contra a mulher passou a existir enquanto problema social a partir das lutas feministas e após a criação das delegacias da mulher. Em se tratando dos valores patriarcais, no qual os homens usam da violência para controlar e dominar as mulheres compreende-se que se trata de uma das formas de relação de poder entre o feminino e o masculino, que demonstram as relações de desigualdade entre homens e mulheres.

Apesar do relato observado na primeira pergunta onde em sua maioria se pode notar um conhecimento superficial sobre os tipos de violência as quais afligem a mulheres no campo, ao serem questionadas em relação a pergunta: Já sofreu algum tipo de violência ou conhece alguém que sofreu algum tipo de violência? Torna-se importante relatar a fala de E1: *“Não violência mais, assim como se diz assim, foi tipo ameaça. Assim como se diz, como posso dizer pra tu, assim por causa da bebida, entende. Daí começa bebida, começa já meio querer agredir, já com os palavrões, é isso”*.

Quanto às demais entrevistadas se pode constatar que E2, E4 e E5 relataram não ter sofrido e nem conhecer ninguém que tenha passado por tal situação.

Destaca-se aqui a fala de E3, onde: *“Meu marido me batia, na última vez meu pai veio me buscar... E aí ele tentou me enforcar e daí fiz o boletim de ocorrência na segunda-feira e depois assinaram o termo no fórum... Ele não podia chegar perto de mim”*.

Assim de acordo com CFEMEA (2007), o artigo 22 que prevê medidas que limitam a ação do agressor e visando a proteção da mulher, cabe ressaltar que:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:
I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da [Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003](#);
II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:
a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios (CFEMEA, 2007, p. 31).

Na atualidade a violência contra a mulher é considerada um dos maiores problemas de nossa sociedade, de acordo com Patricia Grossi; Michelle Clos; Joana Duarte; Ana Coutinho; Geovana Gasparotto (2015), apesar dos avanços com a criação da Lei Maria da Penha a qual reconhece diversas formas de violência contra a mulher e também prevê uma ampla rede de proteção como centros de referência especializados, abrigos e outros. Porém estes serviços não estão disponíveis nas localidades de área rural. Assim, a lei de fato responsabiliza o agressor, mas a judicialização do conflito não tem relação direta com as práticas e com os processos de enfrentamento a violência no campo, assim quando não efetivadas de forma conjunta podem desenvolver outras práticas de violência que não a física (PATRICIA GROSSI; MICHELLE CLOS; JOANA DUARTE; ANA COUTINHO; GEOVANA GASPAROTTO, 2015).

Sabendo de acordo com os relatos que a violência de gênero no meio rural existe, importante se fez investigar sobre seu conhecimento a respeito, sobre os meios de prevenção contra a violência que atingem mulheres no Brasil. Em relação a pergunta: Você conhece algum meio de prevenção contra a violência que atinge mulheres no Brasil? Constatou-se que E1, E2 e E4 comentam não conhecer nenhum meio de prevenção contra a violência. Já E3 menciona a roupa como sendo um dos fatores que podem levar a violência: “*Contra a violência, eu não sei se, digamos a roupa, dependendo a mulher, porque dizem que dependendo a roupa você, a intenção da mulher é se mostra e daí dependendo pra alguns homens isso pode ser um ato de... de você demonstra que você quer, quer se mostrar, isso gera o ato né*”.

Nota-se na fala anterior uma certa reprodução de estereótipo na qual a entrevistada parece estar enraizada, mesmo que inconscientemente um certo preconceito, o qual reflete aspectos por ela formados, os quais sofrem influência cultural.

As experiências sociais e culturais vivenciadas pelos sujeitos podem apontar perspectivas de entender a realidade observada e a forma como os indivíduos lidam com seus papéis na sociedade (MAGDA SARAT; MÍRIA CAMPOS, 2008, p. 3).

Ainda E5 ao se referir a Lei Maria da Penha através do contato telefônico como meio de prevenção diz: “*Sim, é que nem a Maria da Penha né, qualquer coisa que sofrer alguma coisa tem que liga lá e corre atrás né*”.

A Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8. 742/1993) estabelece que todos/as cidadãos/ãs em situação de necessidade, inclusive os/as que não contribuem para a Seguridade Social, serão assistidos pelo Estado. Um de seus objetivos é a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tem como um dos serviços de proteção especial o fortalecimento de moradia a famílias ou indivíduos que se encontrem sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirado de seu núcleo familiar e/ou comunitário (CFEMEA, 2007, p. 21).

Como visto anteriormente as entrevistadas relataram quanto à prevenção e seu conhecimento a respeito, porém se fez necessário saber em quais locais estas mulheres buscariam ajuda caso fosse preciso. Em relação a pergunta: Se você for vítima de violência quais os locais que vai buscar ajuda? E1, E3, E4 e E5 dizem saber em quais locais buscar ajuda enquanto vítima de violência, além disso E1 cita alguns locais como: “*É... na delegacia da mulher, a Maria da Penha ou por telefone, que é aquele como que se diz... tem o 180*”. E2 comenta não ter conhecimento sobre nenhum local.

As Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher foram criadas a partir de 1985, como parte do sistema de justiça, mais especificamente como parte da Polícia Civil, para assegurar os direitos das mulheres vítimas de violência, a partir de denúncias, do registro do Boletim de Ocorrência, da instauração do inquérito, bem como de medidas de proteção, contando geralmente com profissionais capacitados para um atendimento compreensível à vivência sofrida, e a fim de estabelecer como crime as práticas violentas existentes em âmbito privado (MARIA NOBRE; BARREIRA, 2008).

Além de reconhecer a violência contra as mulheres como uma violação de direitos humanos, a criação da Lei Maria da Penha propõe uma política nacional de enfrentamento a violência doméstica, pretendendo ser uma ferramenta de mudança jurídica, política e cultural (CFEMEA, 2007).

A Lei busca a promover uma verdadeira mudança nos valores sociais, os quais naturalizam a violência que sucedem nas relações familiares e domésticas, em que os padrões de hegemonia masculina e de submissão feminina, foram aceitos pela sociedade (CFEMEA, 2007).

Em se tratando do Ligue 180 pode-se dizer que:

Em março de 2014, o Ligue 180 assumiu a atribuição de disque-denúncia e passou a acumular as funções de acolhimento e orientação da mulher em situação de violência, com a tarefa de enviar as denúncias de violência aos órgãos competentes pela investigação (com a autorização das usuárias). Desde então, foram realizadas 18.869 denúncias, encaminhadas a órgãos da segurança pública e ao sistema de justiça (BRASIL, SPM, 2014, p.10).

Apesar de algumas das entrevistadas terem relatado que procurariam a Lei Maria da Penha que é uma política pública, ao serem questionadas sobre quais políticas públicas conheciam, todas as entrevistadas disseram ter desconhecimento total sobre elas e sobre o que elas significam.

Dentre as ações estratégicas que fazem parte da Política e do Pacto Nacional estão ações como: implementação e difusão da Lei Maria da Penha e dos instrumentos de proteção dos direitos das mulheres; ampliação e fortalecimento dos serviços especializados e das redes de atendimento; garantia de acesso à segurança e à justiça, bem como dos direitos sexuais e reprodutivos; enfrentamento ao tráfico de mulheres e a exploração sexual; ampliação dos direitos e garantia à autonomia das mulheres em situação de violência (CFEMEA, 2007).

Buscando despertar a criticidade das entrevistadas, procurou-se questioná-las a respeito de uma possível solução frente às possíveis violências contra as mulheres na localidade em que residem. Ao serem questionadas se mostraram presas a amarras culturais e sociais, as quais dificultam uma livre expressão de forma crítica, embaraçadas com a pergunta, em sua maioria disseram não saber a solução, porém quando conseguiram se expressar julgaram ser a mulher mesmo a responsável por ir atrás de uma solução.

De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag (2008), muitas trabalhadoras rurais atuam nas propriedades da família, umas são assalariadas, outras são assentadas, e ainda, outras fazem parte de comunidades quilombolas.

No Brasil, estima-se que cerca de 30% a 50% das mulheres já sofreram algum tipo de violência. Pesquisa feita em 2001 pela Fundação Perseu Abramo mostra que uma em cada cinco brasileiras declarou ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem. Na área rural, ainda não existem pesquisas que determinem o número de trabalhadoras rurais que estiveram em situação de violência. Porém, o problema existe e é grave (CONTAG, 2008, p. 13).

Essas mulheres são a maioria da população nas áreas rurais, e muitas vezes não possuem acesso a serviços básicos de acolhimento e atendimento contra a violência, bem como às delegacias de polícia especializadas. Logo existem delegacias para atender a qualquer forma de crimes, e muitas vezes, os profissionais dessas delegacias não estão preparados para atender ocorrências de violência contra as mulheres da área rural (CONTAG, 2008).

6.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Este núcleo temático aborda o entendimento e conhecimento que as mulheres entrevistadas têm acerca das políticas públicas no que diz respeito à violência de gênero. Revela-se durante alguns momentos das entrevistas onde é possível buscar recortes sobre essas relações com o tema em questão.

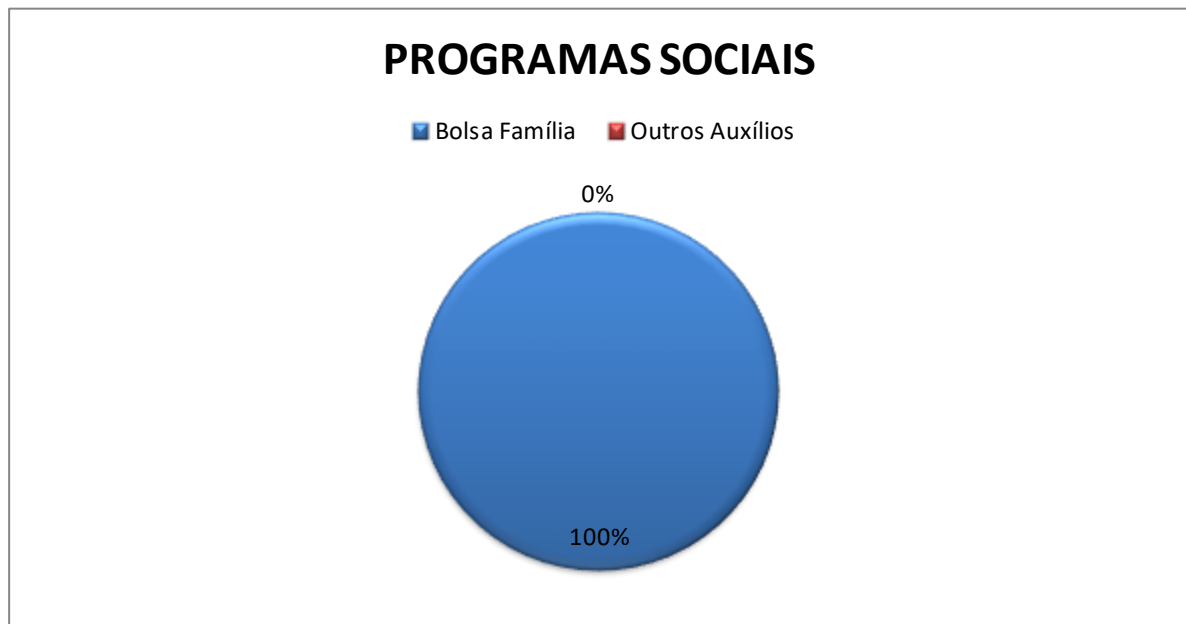
Quais são as políticas públicas que mais se aproximam da realidade dessas pessoas e de que forma podem favorecê-las?

Os dados aqui contemplados indicam que 100% as participantes possuem o benefício do Bolsa Família como único auxílio do governo, de acordo com BRASIL (2015), sendo este um dos mais ambiciosos programas o qual contempla grande parte do povo brasileiro. Surge do objetivo de suprir uma carência existente há muitos anos em nosso país relacionados à miséria e a fome, buscando proporcionar as famílias mais carentes uma forma de emancipação.

Criado em 2003, o programa Bolsa Família beneficia, aproximadamente, 14 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros. Sob a gestão nacional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o programa vem contribuindo para a redução da desigualdade em nosso país (BRASIL, MDS, 2015, p. 3).

Os beneficiários são famílias com renda per capita de até R\$ 154,00 mensais, dinheiro o qual é associado a direitos sociais básicos relacionados à saúde e educação. Assim o benefício pago irá variar de acordo com a renda familiar mensal por pessoa e com o número de familiares com até 15 anos, nutrizes, gestantes e jovens de 16 e 17 anos (BRASIL, MSD, 2015). O gráfico a seguir demonstra o percentual de beneficiárias do programa social, bolsa família.

Gráfico 5. Percentual de colaboradoras entrevistadas beneficiárias de programas sociais



Fonte: Gráfico elaborado pela pesquisadora

De acordo com as falas das entrevistas pode-se observar que a maior parte do público entrevistado faz uma reflexão sobre o tema em discussão, comentando que a violência pode causar interferência na vida das mulheres. Em relação a pergunta: O que você entende por violência contra a mulher? E2 E3 e E5 se posicionam de forma que há necessidade de romper com a violência contra a mulher. E2: *“A espancamento né, a mulher coitada sofre tanto e ainda ser espancada”*.

E3: *“Violência é... Desde o respeito né, não respeita desde uma passada de mão numa perna, uma palavra, um gesto. Isso pra mim é violência, violência”*.

E5: *“Que é um absurdo né o que os homens fazem com as mulheres né, indefesas. Eu acho um absurdo imenso assim”*.

Já E1 se negou a responder, E1: *“Ahh ééé... Essa eu não vou responder, desculpa, essa não”*. Logo E4 mostrou ter um breve conhecimento a respeito do tema, E4: *“Que não se deve né acontecer isso”*.

Verificam-se desafios constantes a se tratar a superação das desigualdades de gênero.

Tratando-se de superar desigualdades de gênero depara-se com barreiras, questionamentos e principalmente desafios contínuos e persistentes. Debruçar-se sobre os contextos que perpetuam limitações e divisões sexuais do trabalho no meio rural, através da promoção de condições necessárias de socialização, aumentando ações de enfrentamento à

violência necessitam ação efetiva e integrada do Estado em conjunto com organizações da sociedade civil (BRASIL, MDA, 2013).

Para Montserrat Sagot (2007, p.31), em algumas comunidades, sobretudo as rurais, “por razões de isolamento e cultura, os agressores têm mais facilidade para privar as mulheres da liberdade ou separá-las do grupo familiar ou social, no qual poderiam encontrar algum tipo de apoio”. Uma das estratégias dos gestores é a busca ativa e a disponibilização de transporte para possibilitar o acesso ao serviço.

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, ressalta-se que:

Potencializar os instrumentos vigentes, incorporar novas ferramentas e efetivar procedimentos de monitoramento para inclusão, valorização, reconhecimento e promoção da autonomia das mulheres rurais são os aspectos determinantes na promoção da igualdade entre mulheres e homens no meio rural (BRASIL, PNDRSS, 2013, p. 25).

Em se tratando quanto ao conhecimento das entrevistadas sobre políticas públicas de violência contra as mulheres, todas as entrevistadas comentaram não possuir qualquer tipo de conhecimento a cerca do tema. Em relação a pergunta: Quais as políticas públicas de violência contra as mulheres você conhece?

E1: “*Não, esse eu não sei...*”

E2: “*Não*” E3: “*Não, assim não, não.*”

E4: “*Hum... não.*”

E5: “*Acho que não.*”

Entretanto, por mais convictas que sejam nossas crenças, a violência contra a mulher não pode ser tida como algo normal. Pois através desta opressão é causado sofrimento o qual afeta a saúde trazendo reflexos a todos os que a cercam. Ao ser coagida e obrigada a sair de sua residência pelo agressor ela acaba abandonando o que por direito é seu e o que ajudou a construir. Deste modo tais atos contra a mulher são inaceitáveis e, em se tratando da mulher no meio rural é ainda mais grave, devido à sua inacessibilidade e distância dos recursos, sejam eles quais forem. Desta forma, tais casos devem ser denunciados e levados prontamente até o

conhecimento público. Neste contexto não se trata de um caso ou de casos isolados, mas sim, faz parte da realidade dessas trabalhadoras rurais (CONTAG, 2008).

Na dimensão política, a fragilidade da gestão das políticas e dos recursos atestam o despreparo dos municípios para conduzir o processo de gestão pautado nas diretrizes e princípios do SUS e a inexistência de agenda local direcionada à violência contra às mulheres rurais e a desresponsabilização e descompromisso da gestão local frente a esse fenômeno (PATRICIA GROSSI; SONIA ALMEIDA; SIMONE OLIVEIRA; MONIQUE VIEIRA; GEOVANA GASPAROTTO, 2013, p.7).

Esta categoria discorre sobre a violência contra as mulheres na área rural. Pode-se perceber que as entrevistadas desenvolvem um discurso bastante embaraçado; não conseguem fazer relação entre a violência e a localidade que residem. Em relação a pergunta: O que você acha que pode melhorar em relação as violências contra as mulheres na localidade em que você mora?

E1: “Ai e agora, não, não sei...”

E2: “Ahh tinha que se menas violência, que a violência contra a mulher tá bastante, cada vez aumenta mais, tem que fazerem alguma coisa, né, cada vez aumenta mais. (risos)”

E3: “Olha assim, eu não tenho muita, muito... como te diz, mais eu acho que se acontece com alguma mulher, denunciar né. Porque é a melhor forma que tem, ao meu ver é isso, não tem outra, eu não posso te dizer outra forma de... de a única forma é denunciar pra que isso não aconteça com outras né.”

E4: “Não sei...”

E5: “Tipo, tinha melhorar mais esse tipo, deixa eu ver que as mulheres tem que correr atrás né, tipo se tá sofrendo vai de atrás, tem que ter mais cuidado contra a mulher assim tem que ir de atrás.”

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário há uma necessidade de articulação das políticas públicas na esfera federativa, intragovernamental e intersetorial, para que assim se possa garantir a sustentabilidade de ações estatais, estimulando a mudança de desenvolvimento individual até o comunitário e assim gerando a efetividade das ações. A demanda pela ampliação dos recursos em infraestrutura em serviços públicos nas comunidades rurais é grande, assim provendo

melhores condições de vida e reduzindo as desigualdades em comparação aos espaços urbanos (BRASIL, PNDRSS, 2013).

Quanto à realidade da cidade de Lages/SC, podemos dizer que:

Apesar da colocação de Santa Catarina como um dos estados em que menos se matam mulheres no Brasil, Lages é a 17ª cidade mais violenta do País. Em 2010 foram 14,9 homicídios para cada 100 mil mulheres, segundo o Mapa da Violência. Segundo os dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher, Lages foi o município catarinense no qual mais se solicitaram medidas protetivas de urgência em 2010 (347 ao total). (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2013, p. 1).

Desta forma, podemos observar a importância de debates sobre temas como sexualidade e saúde reprodutiva, gênero, mulheres do mundo do trabalho, história do feminismo, mulheres e também políticas públicas estratégicas na proteção as mulheres. Debate de temas pertinentes principalmente relativos à juntura das políticas públicas em esferas regionais, problematizando as preocupações e debatendo as políticas públicas que os estudos de gênero vem apontando, e deste modo desconstruindo os “papéis naturalizados” (Cristina Wolff ; Janine Silva; Joana Pedro, 2015).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados através das cinco entrevistas realizadas com mulheres que residem na área rural de Lages, Santa Catarina permitiram uma importante análise e discussão acerca da percepção das mesmas, sobre as diversas formas de violências de gênero que acontecem neste meio. Neste sentido a pesquisa possibilitou mapear informações a partir das falas das próprias mulheres sobre violência de gênero e políticas públicas. Os dados obtidos permitiram responder os objetivos propostos evidenciando a percepção de violências de gênero e políticas públicas no meio rural da Coxilha Rica – Lages/SC.

Os resultados apontam para uma visão superficial das mulheres sobre o entendimento de violência de gênero e desconhecimento quase que total sobre leis e políticas públicas que pudessem lhe auxiliar em situações necessárias. Apesar de algumas das entrevistadas terem relatado que procurariam a Lei Maria da Penha que é uma política pública de violência de gênero, todas as entrevistadas mencionaram ter desconhecimento total sobre outras formas de políticas públicas, e sobre o que elas significam. Assim ao questionar as mulheres a respeito de uma possível solução frente às possíveis violências contra as mulheres em sua localidade, as mesmas julgaram ser a mulher mesmo a responsável pela procura de uma solução.

A pesquisa revela desconhecimento por parte das mulheres quanto à importância das políticas públicas como um fator necessário pela luta da igualdade de gênero no meio familiar, social e até uma libertação pessoal.

As políticas públicas buscam minimizar desigualdades existentes através do atendimento as famílias de todos os níveis sociais, buscando interiorização, expansão e o funcionamento dos serviços em rede, juntamente com a criação de equipes multidisciplinares. Podemos ressaltar que a criação da Lei Maria da Penha é um avanço para o enfrentamento da violência de gênero, pois a mesma cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica contra a mulher.

Concluimos que a pesquisa alcançou seus objetivos, mostrando em seus resultados que as mulheres do meio rural ainda necessitam de apoio e principalmente acesso a informação. Com isso, se faz necessário um olhar mais amplo do setor público voltado ao meio rural, que por muito tempo foi negligenciado, somando à dificuldade de acesso à informação, esta vinculada a inacessibilidade física existente conforme relatado em uma das entrevistas que para qualquer tipo de recurso há a necessidade de se ir até a cidade.

Também importante é a colaboração das Escolas Itinerantes das localidades rurais para que assim possam contribuir para a formação de pensamentos críticos no que diz respeito à igualdade de gênero, aos preconceitos, às crenças errôneas, aos tabus e medos sejam superados, deste modo contribuindo para convivermos em uma sociedade mais justa e melhor, além de proporcionar às mulheres da área rural um espaço de maior visibilidade.

Torna-se necessário tratar tais questões, visto que a carência e a inacessibilidade são fatores limitantes que contribuem para o esquecimento destas causas que afetam muitas pessoas. Em sua maioria, são pessoas vítimas da desigualdade social que acabam sendo vítimas à margem da sociedade sem acesso a informação e/ou aos auxílios e recursos mínimos.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: 2. A experiência vivida.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. P. 9.

BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural.** Brasília: Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2003.

BRASIL. **Balçoço uma década de conquistas – Central de atendimento a mulher.** Secretaria de Políticas para as Mulheres Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014.

BRASIL. **Bolsa Família - Transferência de Renda e Apoio à Família no Acesso à Saúde, à Educação e à Assistência social.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2015. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.** Contagem Populacional. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2016. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=420930&search=santa-catarina|lages|infograficos:-informacoes-completas> Acesso em: 26 nov. 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/pndrсс/principal.pdf> Acesso em: 27 nov. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Secretaria de Políticas para as Mulheres.** Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2004.

BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural.** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CÂMERA DOS DEPUTADOS. **Câmara Notícias: Deputados vão a Lages (SC) debater a violência contra a mulher.** Brasília: Palácio do Congresso Nacional, 2013. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/454705-DEPUTADOS-VAO-A-LAGES-\(SC\)-DEBATER-A-VIOLENCIA-CONTRA-A-MULHER.html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/454705-DEPUTADOS-VAO-A-LAGES-(SC)-DEBATER-A-VIOLENCIA-CONTRA-A-MULHER.html) Acesso em: 27 nov. 2016.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo.** 2. Ed. / Roberto Cardoso de Oliveira. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

CFEMEA, Centro feminino de Estudos e Assessoria. **Lei Maria da Penha: do papel para a vida.** Comentários a Lei 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário. Brasília, 2007.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **Combate à violência contra as mulheres trabalhadoras rurais – Abram os olhos para seus direitos.** Brasília: Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – CNMTR, 2008. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f1390cartilha-cnmtr-contraviolenca022009.pdf> Acesso em: 27 nov. 2016.

COSTA, Licurgo. **O continente das Lagens – sua história e influência no sertão da terra firme.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

COSTA, Patricia Rosalba S. Moura; MARQUES, Amanda Christinne N; OLIVEIRA, Hannah Uruga. **Direitos, Todas/os Têm?** O Coro das Mulheres Assentadas sobre (In) Visibilidade, Lutas e Políticas Públicas. Tomo. n. 28 jan/jun. | 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/5423/4446> Acesso em: 10 set. 2016.

GROSSI, Miriam Pillar. **Rimando amor e dor:** reflexões sobre a violência conjugal na vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Mulheres, 1998.

GROSSI, Patricia Krieger; ALMEIDA, Sonia MariaAraújo Figueiredo; OLIVEIRA, Simone Barros de; VIEIRA, Monique; GASPAROTTO, Geovana Prante. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER RURAL NO RS:** desafios e perspectivas. Universidade Federal do Maranhão, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/politicaspUBLICASPARAOenfrentamentodaviolencia.pdf>
Acesso em: 27 nov. 2016.

GROSSI, Patricia Krieger; CLOS, Michelle Bertoglio; DUARTE, Joana das Flores; COUTINHO, Ana Rita Costa; GASPAROTTO, Geovana Prante. **O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER RURAL:** desafios para as políticas públicas. Universidade Federal do Maranhão, 2015.
Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/o-enfrentamento-da-violencia-contr-a-mulher-rural-desafios-para-as-politicas-publicas.pdf> Acesso em: 20 nov. 2016.

LARA, Eliziane. **O que é ser menina no Brasil?** – Desigualdade de gênero desde a infância. Rolimã. Janeiro/2015. Disponível em: <<http://oficinadeimagens.org.br/o-que-e-ser-menina-no-brasil-desigualdadede-genero-desde-a-infancia/>>; Acesso em: 04 nov. 2016.

LEAL, César Barros; PIEDADE JUNIOR, Heitor (Orgs). **Violência e vitimização:** a face sombria do cotidiano. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

LISBOA, Teresa Kleba. **Violência De Gênero, Políticas Públicas Para O Seu Enfrentamento E O Papel Do Serviço Social.** Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 33-56, jan./jun. 2014.
Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6543/5839> Acesso em: 21 jun. 2016.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. **Desenvolvimento Sustentável com Perspectiva de Gênero – Brasil, México e Cuba: Mulheres Protagonistas no Meio Rural.** Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 871-887, setembro-dezembro/2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000300013/17752>
Acesso em: 10 set. 2016.

MELO, Lígia Albuquerque de. **Injustiças De Gênero: O Trabalho Da Mulher Na Agricultura Familiar.** Fundação Joaquim Nabuco - Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.
Disponível em:
http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/gt_gen_po9_albuquerque_texto.pdf
Acesso em: 21 jun. 2016.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos.** trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NOBRE, Maria Teresa; BARREIRA, César. **Controle social, e Mediação de Conflitos: como Delegacias da Mulher e a Violência Doméstica.** Sociologias, Porto Alegre, n. 20, dezembro de 2008.

POLÊSE, Cósme. **Coxilha Rica: subsídios a uma proposta de conservação para o sul do município de Lages – SC.** Projeto de pesquisa MPPT/UDESC. Florianópolis, 2014.

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais: do "indizível" ao "dizível".** In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988.

RAFAEL, Ricardo de Mattos Russo; MOURA, Anna Tereza Miranda Soares de. **Considerações éticas sobre pesquisas com mulheres em situação de violência.** Rev. bras. enferm., Brasília , v. 66, n. 2, Apr. 2013.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000200021&lng=en&nrm=iso Acesso em: 12 set. 2016.

RICHARDSON, R. J. (coord.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SAGOT, Montserrat. “A Rota Crítica da violência intrafamiliar em países latinoamericanos”. In: Stella Nazareth Meneghel (org.). **Rotas Críticas: Mulheres Enfrentando a Violência**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2007, p.23-50.

SARAT, Magda; CAMPOS, Míria Izabel. **Memórias de infância e identidade de gênero na formação das profissionais na educação infantil**. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, 2008.

SCOTT, Joan W. **Prefácio a gender and politics of history**. Cadernos Pagu, n.3, p. 11-27, 1994.

TAVARES, Eliane. **Olímpia Gayo visita o diabo**. – 1. Ed. – Florianópolis: Cia dos Loucos: IELA, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: atlas, 1987.

VELÁZQUEZ, Susana. **Violências Cotidianas, Violência de Gênero: escutar, compreender, ajudar**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**. Homicídio de mulheres no Brasil. 1ª Edição Brasília – DF – 2015.

WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria. **Gênero: um conceito importante para o conhecimento do mundo social**. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero / Departamento de Antropologia / Centro de Filosofia e Ciências Humanas / UFSC, 2015.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- 1) Qual a sua idade?
- 2) Qual o seu estado civil?
- 3) Qual a cidade em que você nasceu?
- 4) Qual a sua escolaridade?
- 5) Seus pais são agricultores?
- 6) Recebe bolsa família ou outro auxílio do governo?
- 7) O que você entende por violência contra a mulher?
- 8) Já sofreu algum tipo de violência ou conhece alguém que sofreu algum tipo de violência?
- 9) Você conhece algum meio de prevenção contra a violência que atinge mulheres no Brasil?
- 10) Se você for vítima de violência quais os locais que vai buscar ajuda?
- 11) Quais as políticas públicas de violência contra as mulheres você conhece?
- 12) O que você acha que pode melhorar em relação as violências contra as mulheres na localidade em que você mora?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____

RG _____ residente _____

_____ abaixo assinada fui informada e convidada a participar da pesquisa: PERCEPÇÕES DE GÊNERO NO MEIO RURAL DA COXILHA RICA – LAGES/SC, realizada pela aluna do Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola Liliane Aparecida Lehmkuhl de Souza Wielecosseles cujo objetivo é analisar a percepção das mulheres que vivem no município de Lages, Santa Catarina, sobre as diversas formas de violências de gênero que acontecem no meio rural.

Foi-me garantido que tudo que eu responder será confidencial e que meu nome será mantido em sigilo.

Fui informada que não estarei correndo risco decorrente de estar participando da referida pesquisa. Também fui informada que tenho o direito de não responder a qualquer pergunta que não deseje e que em qualquer momento, posso desistir de participar da pesquisa, sem que isto me traga qualquer tipo de prejuízo.

Para qualquer esclarecimento, poderei entrar em contato com a Prof.^a Orientadora Dra. Patrícia Rosalba pelo telefone (48) 3721-6440 ou com a pesquisadora Liliane Wielecosseles no telefone (49) 9-9982-3485.

Florianópolis, 06 de Outubro de 2016.

Assinatura da participante ou impressão digital: _____

Assinatura da pesquisadora: _____